

PODER LEGISLATIVO
CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissões de Comunicação e de Fiscalização Financeira e Controle

Reunião Conjunta: Plano e ações do governo, liberdade de expressão e de imprensa

Foi realizada na última quarta (24), Reunião Conjunta das Comissões de Comunicação (CCOM) e de Fiscalização Financeira e Controle (CFFC), para comparecimento do ministro da Secretaria de Comunicação Social (Secom), **Paulo Pimenta** e debates sobre os planos e ações do governo, bem como a liberdade de expressão e de imprensa. O evento ocorreu em atendimento aos requerimentos dos deputados **Gustavo Gayer** (PL/GO), **Bibo Nunes** (PL/RS), **Kim Kataguiri** (UNIÃO/SP), **Filipe Barros** (PL/PR), **Bia Kicis** (PL/DF), **André Fernandes** (PL/CE), **Evair Vieira de Melo** (PP/ES) e **Carlos Jordy** (PL/RJ).

Presidida pela deputada **Bia Kicis** (PL/DF), a reunião foi aberta com a fala do presidente da CCOM, deputado **Amaro Neto** (REP/ES), apresentando um breve panorama sobre a evolução tecnológica e seu impacto nas comunicações, salientando a necessidade de um equilíbrio entre a regulação e a liberdade de expressão.

Na sequência, o ministro **Paulo Pimenta** iniciou sua [apresentação](#) afirmando que o governo busca a reconstrução e recuperação da confiabilidade internacional do Brasil, citando alguns números da Secom, como as coletivas de imprensa, pronunciamentos públicos e pronunciamentos nacionais do presidente da República. Também salientou a retomada da Secretaria a nível de Ministério, alegando que não havia estrutura que pudesse ser herdada do governo anterior.

Diversos programas do governo foram expostos, dentre eles, a campanha de vacinação, que tem como objetivo recuperar o patamar de 73% de cobertura vacinal da população brasileira, frente aos atuais 59%, com vistas a tornar o Brasil uma referência mundial. O Bolsa Família recebeu incremento ao valor pago, com intenções de fortalecer a presença dos jovens nas escolas, com incentivos adicionais pela continuidade deles no sistema de ensino. Para além, a nova tabela do imposto de renda, que entra em vigor no próximo mês, amplia a faixa de isenção, enquanto o governo permanece com o objetivo de alcançar a isenção para a faixa salarial de R\$ 5 mil.

Outros programas destacados, foram o Minha Casa, Minha Vida, com aporte de R\$ 9,8 bilhões e pretensão de entregar 2 milhões de moradias até 2026, bem como a ampliação das faixas de renda na política pública; e o Programa Mãos à Obra, com vistas a retomar as mais de 14 mil obras inacabadas ao redor do país e previsão de investimento de R\$ 4 bilhões.

O Programa Mais Médicos foi retomado e modificado com prevalência das vagas aos médicos brasileiros adequadamente registrados, de forma que as remanescentes serão ofertadas aos brasileiros formados no exterior mesmo sem o Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos (Revalida) e aos médicos estrangeiros, com a implementação de bonificação para aqueles que permanecerem nas regiões de interior ou afastadas. Ainda na esteira da saúde, a odontologia passou a integrar os serviços do SUS com o [Brasil Sorridente](#), dispondo de 3.685 equipes de saúde, para atendimento de 10 milhões de pessoas, inicialmente, em uma área de cobertura que alcança 111,6 milhões de habitantes.

Falou sobre o reajuste das bolsas do CNPq e da CAPES, a assistência humanitária no território Yanomami e a ação de combate à violência nas escolas, que em poucos dias, identificou cerca de 500 perfis suspeitos, em uma única plataforma, assim como houve uma destinação de R\$ 3 bilhões a Estados e Municípios para promoção de um ambiente escolar mais seguro.

Ao iniciar sua exposição sobre o Combate às *Fake News*, o ministro Paulo Pimenta esgotou seu tempo de fala, dando início à participação dos deputados, ocasião em que o deputado **Bibo Nunes** (PL/RS) indagou sobre a contratação de médicos sem o Revalida, se posicionando expressamente contra a dispensa desse exame que atesta a qualidade técnica do profissional.

Diversos outros parlamentares, especialmente do Partido Liberal (PL), questionaram sobre o [PL 2630/2020](#), conhecido como PL das *Fake News*, dentre eles, os deputados **Filipe Barros** (PR), **André Fernandes** (CE), **Carlos Jordy** (RJ), **Bia Kicis** (DF) e **Eduardo Bolsonaro** (SP). Afirmaram, de maneira geral, que a ausência de uma clara conceituação do que são notícias falsas, colocaria em xeque a liberdade de expressão e aparelharia o Estado com a possibilidade de decidir arbitrariamente contra quais informações eventuais sanções seriam aplicadas.

A deputada **Carol Dartora** (PT/PR) argumentou que a ideia de *fake news* são quaisquer informações falsas, que precisam ser controladas sob o risco de maiores danos à população. Na sequência questionou se a Secom tem construído alternativas para o órgão regulador, previsto no projeto de lei, ressaltando a importância da manutenção do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br) como escolha, possuindo maior participação social, pluralidade de atores e agentes sobre o tema.

A deputada **Amália Barros** (PL/MT) mudou o rumo do debate e questionou sobre a ausência de intérpretes nas ações do governo, ficando prejudicada a comunicação inclusiva. Ainda, pediu que o ministro encaminhasse informações sobre qual é o orçamento destinado para essa causa.

Em resposta aos apontamentos, Pimenta disse que a escolha do órgão controlador se dará pelos processos deliberativos do Legislativo. Sobre o PL das *Fake News*, defendeu que sua aprovação é necessária para que a soberania do país se sobreponha ao modelo de negócio das *big techs*, que possuem um impacto significativo no dia a dia da população e, para evitar abusos. Em sua visão, a saída encontrada pela Alemanha seria a ideal: tratar como mídia os conteúdos digitais impulsionados e os demais como opinião. Dessa maneira, cada um teria uma regulação diferente para preservar a liberdade de expressão ao passo que mitiga o alcance das *fake news*.

Sobre a inclusão, argumentou que o orçamento aprovado para sua pasta foi decidido pelo governo passado, tendo sido destinados poucos recursos para esse fim. Afirmou que segue buscando fontes de recursos para áreas estratégicas do Ministério para superar déficits orçamentários.

Quanto aos Mais Médicos, salientou que a seleção de candidatos para o programa prevê o preenchimento da totalidade das vagas para médicos brasileiros, devidamente registrados, ficando apenas as vagas remanescentes disponíveis para preenchimento por candidatos brasileiros com formação no exterior – *mesmo que sem o Revalida* – e, após isso, eventuais vagas ainda remanescentes serão ofertadas a estrangeiros. Para ele, o importante é levar o atendimento médico aos locais mais necessitados, priorizando a cobertura do serviço.